DOI 10.5216/ia.v51i1.82995

DO NACIONAL AO LOCAL: PROCESSO HISTÓRICO DA DIREÇÃO ESCOLAR NO BRASIL E OS DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE DE ENSINO DE VITÓRIA/ESPÍRITO SANTO

CLÁUDIA VIEIRA KÜFFER CHAGAS
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória,EspíritoSanto, Brasil
ERINEU FOERSTE
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil

RESUMO:Este artigo analisa o percurso histórico da direção escolar no Brasil, destacando as transformações do papel do diretor escolar desde a centralização administrativa até a consolidação do princípio da gestão democrática. Utilizando abordagem histórica, revisão bibliográfica e análise documental, o estudo evidencia como mudanças políticas e institucionais influenciaram a função diretiva e a participação coletiva na gestão escolar. O foco recai sobre a experiência da rede municipal de Vitória/ES, referência nacional pela eleição direta de diretores, ressaltando avanços e desafios.Destacam-se, no contexto recente, o impasse do pleito de 2025, com a prorrogação de mandatos por ato normativo, evidenciando tensões na efetivação da gestão democrática. Conclui-se que o conhecimento histórico é necessário para compreender e fortalecer a gestão democrática nas escolas públicas brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática; Gestão Escolar; Direção Escolar; História da Educação.

A trajetória da direção escolar no Brasil reflete um mosaico de transformações políticas, sociais e educacionais, marcado por permanências e rupturas que delineiam a história da educação nacional. Desde o período colonial, quando a administração das escolas era fortemente influenciada por estruturas religiosas e centralizadoras, até a contemporaneidade, observa-se um movimento gradual, e por vezes contraditório, em direção à valorização da participação coletiva e à busca por práticas democráticas na gestão escolar.

Nesse processo histórico, a figura do diretor[1] escolar se constitui como elemento-chave na mediação entre as políticas educacionais e a realidade das escolas. Sua atuação, longe de ser neutra ou meramente técnica, é atravessada por disputas de poder, por interesses políticos e pelas diferentes concepções de educação vigentes em cada época. Conforme destaca Paro (2010), a participação democrática no contexto escolar não é espontânea, mas fruto de um processo histórico construído coletivamente, o que reforça a necessidade de compreender as origens e as transformações dessa função.

Este artigo resulta de uma pesquisa e parte da seguinte problemática: como o papel do diretor escolar foi historicamente construído no Brasil, e de que modo as mudanças políticas e institucionais influenciaram a transição de um modelo de controle centralizado para a busca por uma gestão democrática? Tal questão insere-se em um contexto em que a administração escolar, como observa Lombardi (2010), espelha as

complexas relações entre Estado, sociedade e educação, sendo permeada por contradições sociais que condicionam tanto sua estrutura quanto suas práticas.

A análise proposta fundamenta-se em um referencial teórico que articula autores clássicos e contemporâneos da educação, como Freire (2001, 2021), Saviani (2021), Paro (2001,2010) e Lombardi (2010), além de incorporar contribuições de pesquisadores que aprofundam a perspectiva histórica e regional, como Simões; Salim (2012), Novaes; Simões (2024), Salim e Manso (2016), Lauff; Simões (2019), Berto (2013), Oliveira dos Santos; Oliveira; Molina (2019) e Locatelli (2012). O estudo também recorre a documentos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), legislações municipais e fontes históricas, bem como a pesquisas recentes sobre gestão democrática no Espírito Santo e em Vitória. Metodologicamente, adota-se uma abordagem histórica, com ênfase na revisão bibliográfica e na análise documental, buscando reconstruir a trajetória da direção escolar e compreender os fatores que condicionaram suas transformações ao longo dos diferentes períodos históricos.

O artigo está estruturado em quatro partes, além desta introdução. Na primeira, são analisados os marcos iniciais da administração escolar e a emergência da figura do diretor no contexto das reformas educacionais. Em seguida, o tópico aborda as mudanças institucionais e os desafios impostos pelo contexto autoritário e centralizador desse período. O terceiro eixo, discute as rupturas e permanências na função diretiva, com destaque para a redemocratização, a descentralização administrativa e a consolidação do princípio da gestão democrática. O quarto e último tópico dedica-se a um breve estudo da realidade capixaba, com ênfase nas práticas de gestão democrática na Rede Municipal de Vitória/ES, evidenciando as singularidades históricas e políticas que marcaram a constituição do cargo de diretor escolar no município. As considerações finais sintetizam os principais achados e destacam a importância do conhecimento histórico para o fortalecimento de práticas democráticas e participativas na gestão escolar.

Ao longo do texto, demonstra-se que compreender historicamente a direção escolar é necessário para contextualizar os desafios atuais e orientar a construção de uma gestão educacional mais democrática, participativa e comprometida com a qualidade social da educação pública. Entender como essa função se constituiu ao longo do tempo é imprescindível para consolidar práticas que expressem os princípios de uma escola pública emancipadora e socialmente referenciada.

Ao propor um olhar atento às permanências e rupturas que marcaram a direção escolar no Brasil e, mais especificamente, no Espírito Santo e em Vitória/ES, este estudo busca não apenas sistematizar o conhecimento histórico, mas também contribuir para o debate contemporâneo no fomento da gestão democrática e os desafios ainda presentes na administração das escolas públicas brasileiras.

ENTRE TRADIÇÃO E INOVAÇÃO: O PAPEL DO DIRETOR ESCOLAR NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E CAPIXABA

Propomos, neste tópico, uma análise histórica da gestão escolar, buscando compreender sua participação no processo educativo e o desenvolvimento da função

diretiva ao longo da História da Educação. A investigação abrange brevemente os períodos colonial, imperial e republicano, destacando que, nesses contextos, a função diretiva era incipiente, frequentemente associada ao controle disciplinar e à autoridade moral, sem uma concepção pedagógica estruturada. No Espírito Santo, os registros documentais sobre essa função são escassos, mas permitem delinear um panorama a partir das reformas educacionais das primeiras décadas do século XX.

A atuação dos diretores nas escolas públicas municipais de Vitória só se torna mais visível a partir da redemocratização brasileira, o que limita a análise para períodos anteriores. Por isso, apresentamos um percurso histórico mais amplo da constituição da direção escolar no Brasil e no Espírito Santo, oferecendo subsídios para a compreensão crítica do objeto de pesquisa.

Do período colonial à Primeira República, a gestão escolar no Brasil passou por permanências e rupturas institucionais, políticas e pedagógicas. O papel do diretor foi delineado conforme o país experimentava diferentes modelos de administração educacional, influenciados por reformas, movimentos pedagógicos e contextos regionais, como o capixaba.

Durante o período colonial, a educação formal esteve sob domínio da Igreja Católica, especialmente por meio da Companhia de Jesus. Os jesuítas implementaram o *RatioStudiorum*, documento que estruturava currículo e hierarquia administrativa das escolas, conferindo ao reitor e ao provincial funções de liderança e supervisão semelhantes, em parte, ao papel dos diretores atuais (Correia, 2018). O objetivo central era a evangelização e a formação de uma elite dirigente, restringindo o acesso à educação.

A expulsão dos jesuítas em 1759, promovida pelo Marquês de Pombal, transferiu a responsabilidade da educação para o Estado português, criando as aulas régias e o cargo de Diretor-Geral dos Estudos. Essas reformas introduziram práticas de supervisão e controle nas instituições educacionais (Saviani, 2021b), mantendo, contudo, o ensino restrito às elites e sem resolver problemas estruturais, como a carência de professores e a precariedade das instalações. Ainda assim, instauraram a presença do Estado na administração da educação, estabelecendo mecanismos de fiscalização que perduraram por muitos anos.

A transição do período colonial para o império foi marcada por tentativas de organização estatal e limites à centralização. Com a independência, em 1822, e a Constituição de 1824, buscou-se organizar um sistema nacional de ensino, prevendo a gratuidade da instrução primária, cuja implementação foi restrita. O ato adicional de 1834 descentralizou o ensino, transferindo às províncias a responsabilidade pela instrução primária e secundária, gerando heterogeneidade entre os sistemas regionais.

Nas escolas primárias, a direção era exercida pelos professores, sob supervisão de inspetores e autoridades locais, sem um cargo formal de diretor. Apenas em instituições como liceus e escolas normais, especialmente em centros urbanos como São Paulo, começou-se a prever legalmente a figura do diretor, nomeado por mérito e reputação, conforme a Lei nº 29 de 1847 (Ananias, 2010):

> "Porém, enquanto para a Escola Normal a lei não previu a criação de um cargo de diretor, [...] para o liceu ele já foi estabelecido. A Lei n.º 29, de 16 de março de 1847, que estabelecia regulamentos dos liceus em São Paulo, assim determinava: O governo nomeará um cidadão de inteligência e reconhecida probidade e patriotismo para o

> directhor do licêo" (São Paulo - Província, 1868 *apud* Ananias, 2010, p. 59).

Mesmo em análise breve dos períodos iniciais, nota-se que a história do Brasil revela transformações que aprofundam a compreensão sobre o objeto de estudo. Na Primeira República, destaca-se a emergência do diretor escolar no contexto do federalismo e das reformas educacionais.

A Proclamação da República, em 1889, instituiu o federalismo e transferiu a responsabilidade do ensino para estados e municípios (exceto no Distrito Federal). Esse período foi marcado por reformas inspiradas por ideais positivistas e pela busca de modernização. A criação dos grupos escolares, iniciada com a Reforma da Instrução Pública Paulista de 1892, consolidou o cargo de diretor como figura central na administração escolar, responsável pela coordenação pedagógica, fiscalização do ensino e implementação de políticas inovadoras.

O diretor escolar tornou-se elo entre escola, administração pública e comunidade, assumindo funções de liderança, organização e representação institucional. Reformas como a da Escola Normal de 1893, em São Paulo, ampliaram suas atribuições, incluindo responsabilidades no recenseamento escolar e na formação docente (Penteado; Neto, 2010). Ainda assim, a presença do diretor continuava restrita a instituições específicas, como escolas-modelo e ginásios, mantendo o controle centralizado sobre currículos e práticas pedagógicas:

> "Único responsável pela escola perante o governo, o diretor era o interlocutor da escola com a administração do ensino. Do diretor se espera tudo: organizar, coordenar, fiscalizar e dirigir o ensino primário. O Diretor do grupo escolar deveria ser o elemento capaz de garantir a transformação da antiga escola de primeiras letras em uma escola primária moderna, responsável pelo ensino renovado, e zelar pela vigência da reforma republicana" (Penteado; Neto, 2010, p. 86)

A análise do percurso histórico da direção escolar no Brasil evidencia que sua constituição está diretamente relacionada às transformações políticas, administrativas e pedagógicas vivenciadas em cada período, revelando permanências e rupturas que influenciaram a organização da gestão escolar. Nesse contexto, observa-se que, embora o cargo de diretor tenha se consolidado progressivamente como elemento central na administração das instituições de ensino, sua atuação permaneceu, por longos períodos, vinculada a práticas centralizadoras e à lógica de controle estatal. A síntese desses marcos históricos é apresentada no quadro a seguir, que organiza, de forma sistematizada, os principais momentos da constituição da direção escolar no Brasil e no contexto capixaba, evidenciando as transições entre diferentes modelos de gestão.

Quadro 1.Marcos históricos da direção escolar no Brasil e em Vitória/ES.

Período	Brasil	Espírito Santo / Vitória/ES
Período Colonial	Educação sob domínio jesuítico; Ausência de direção escolar formal	Registros escassos; Organização vinculada à lógica colonial
Reformas Pombalinas (1759)	Criação das aulas régias e do Diretor-Geral dos Estudos	Inserção inicial do Estado na organização educacional
Império (1822–1889)	Descentralização pelo Ato Adicional de 1834; Direção exercida por professores	Estrutura ainda incipiente, com forte influência local
Primeira República (1889–1930)	Federalismo; criação dos grupos escolares; Institucionalização do diretor	Reformas de Moniz Freire, Gomes Cardim e Atílio Vivacqua; Formalização da função diretiva
Era Vargas (1930–1945)	Centralização e controle estatal; Diretor como agente do Estado	Expansão da rede e reforço do controle administrativo
Redemocratização (1988)	Constituição Federal institui gestão democrática	Ampliação do debate sobre participação
Anos 1990 (LDB 9.394/96)	Consolidação da gestão democrática como princípio	Vitória institui eleição direta para diretores (1992)
Contexto recente (2024–2025)	Desafios na efetivação da gestão democrática	Prorrogação de mandatos e suspensão do pleito eleitoral
Anos 1990 (LDB 9.394/96)	Consolidação da gestão democrática como princípio	Vitória institui eleição direta para diretores (1992)
Contexto recente (2024–2025)	Desafios na efetivação da gestão democrática	Prorrogação de mandatos e suspensão do pleito eleitoral

Fonte: Elaboração dos autores, com base em Saviani (2021b); Paro (2001); Simões; Salim (2012); Novaes; Simões (2024), entre outros.

A CONSTRUÇÃO DA DIREÇÃO ESCOLAR NO ESPÍRITO SANTO: ENTRE REFORMAS REPUBLICANAS E CIRCULAÇÃO DE IDEIAS ESCOLANOVISTAS

No Espírito Santo, durante a Primeira República, o cargo de diretor escolar consolidou-se em sintonia com o movimento nacional, especialmente no contexto do federalismo republicano instaurado após 1889, que descentralizou a organização do ensino e atribuiu maior autonomia administrativa aos estados. Tal configuração, embora ampliasse a capacidade de formulação local de políticas educacionais, também produziu desigualdades regionais e diferentes ritmos de institucionalização da função diretiva, evidenciando as contradições do federalismo educacional brasileiro.

Nesse cenário, as reformas conduzidas por Moniz Freire (1892), Gomes Cardim (1908) e, já nos anos finais do período, Atílio Vivacqua (1928-1930)expressam não apenas iniciativas locais de modernização do ensino, mas também a apropriação, em escala regional, de modelos pedagógicos e administrativos em circulação no país. Essas iniciativas devem ser compreendidas como parte de um movimento mais amplo de reorganização da educação pública, marcado pela tensão entre centralização normativa e descentralização administrativa, refletindo, ainda, a influência de ideias pedagógicas nacionais e internacionais, sobretudo aquelas associadas ao movimento da Escola Nova[2], com destaque para o Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932.

A Reforma Moniz Freire, ao instituir os grupos escolares e regulamentar o ensino primário, formalizou a função de diretor escolar no estado, alinhando-se ao modelo paulista. Contudo, sua implementação revelou limites estruturais, como a escassez de recursos e a baixa capilaridade da rede escolar, o que restringiu o alcance das mudanças propostas (Simões; Salim, 2012). Nesse contexto, o diretor escolar emerge mais como agente de controle e organização administrativa do que como liderança pedagógica autônoma.

Ainda segundo Simões; Salim (2012), a Reforma Gomes Cardim aprofundou o processo de institucionalização da educação capixaba, especialmente ao investir na formação docente por meio da Escola Normal e ao exigir maior qualificação dos profissionais da educação. O diretor escolar passa, então, a assumir funções mais complexas, articulando formação, prática pedagógica e diretrizes institucionais. Ainda assim, observa-se uma ambiguidade estrutural, ao mesmo tempo em que se busca a modernização do ensino, mantêm-se mecanismos de seletividade e reprodução das desigualdades sociais, característica recorrente das políticas educacionais no período.

A Reforma Atílio Vivacqua (1928-1930), representa o momento de grande inflexão no campo educacional capixaba, incorporando os princípios da Escola Ativa de Adolphe Ferrière e do Escolanovismo brasileiro. Entre suas inovações, destacam-se a organização do ensino segundo os princípios da Escola Ativa, reformulações nos processos avaliativos, valorização da aprendizagem ativa, desenvolvimento do ensino técnico, artístico e profissional, uso de tecnologias como cinema e rádio, e incentivo à formação continuada de professores, com expansão da oferta escolar nas zonas urbanas (Novaes; Simões, 2024; Berto, 2013)

Essa reforma também ampliou o papel do diretor escolar, tornando-o responsável pela implementação das inovações pedagógicas e pelo fortalecimento da relação entre escola e comunidade. Contudo, segundo Novaes; Simões (2024), a atuação do diretor ainda estava fortemente vinculada à execução das políticas oficiais e à manutenção da disciplina escolar, sendo a autonomia e a mediação cultural características em construção e limitadas pelo contexto centralizador da época.

A análise dessas reformas evidencia que, no contexto do federalismo educacional, a descentralização administrativa não implicou, de forma automática, democratização da gestão escolar. Ao contrário, em muitos casos, resultou na reprodução, em nível local, de práticas centralizadoras e hierárquicas, limitando a participação da comunidade e a autonomia das instituições escolares. Assim, o diretor escolar, embora progressiva

mente investido de novas atribuições, continuou a desempenhar um papel fortemente vinculado à implementação das políticas oficiais.

Apesar dos avanços, as reformas não eliminaram as desigualdades sociais e regionais, nem romperam com o controle centralizado da educação; por outro lado,permitiram a circulação e apropriação de ideias escolanovistas, promovendo a renovação das práticas pedagógicas e da gestão escolar no Espírito Santo. Nesse contexto, a incorporação dessas ideias ocorreu de forma gradual e desigual, marcada por resistências culturais, limitações materiais e disputas políticas. Ainda que tenham contribuído para a valorização de princípios como atividade, autonomia e participação, tais proposições não foram suficientes para romper com estruturas historicamente hierárquicas (Salim; Manso, 2016; Novaes; Simões, 2024).

Mesmo diante dessas barreiras, a Escola Nova contribuiu para redefinir, ainda que de modo incipiente, o papel do diretor escolar, que passou a ser visto como agente de inovação pedagógica e articulador entre escola, comunidade e políticas públicas. A gestão escolar, entretanto, permaneceu marcada por ambiguidades entre práticas democráticas e autoritárias, centralização e autonomia (Simões; Salim, 2012).

A análise das reformas educacionais do Brasil Colônia à Primeira República, com foco no Espírito Santo, demonstra que a construção da função diretiva está entrelaçada às transformações políticas, sociais e pedagógicas do país e do estado. Nesse percurso, observa-se um movimento contraditório, no qual avanços no campo pedagógico coexistem com permanências autoritárias no plano da gestão, evidenciando os limites históricos da gestão democrática. Considerando a escassez de documentos e registros sobre a atuação de diretores escolares nas escolas públicas municipais de Vitória nesse período, a abordagem histórica recai, até aqui, sobre os contextos nacional e estadual. Esse panorama será posteriormente aprofundado a partir de registros e legislações locais, sobretudo a partir de 1992, quando se institucionaliza, na Rede Municipal de Ensino de Vitória, a eleição direta para diretores escolares como um mecanismo de participação popular.

A GESTÃO ESCOLAR NA ERA VARGAS

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) constituiu um novo modelo de organização da administração escolar brasileira, promovendo centralização do poder e reformas institucionais de caráter estruturante (Saviani, 2021b; Andreotti, 2010). A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, sob Francisco Campos, simbolizou a centralidade da educação nos projetos de Estado. Entre as principais medidas, destacam-se a instituição do Conselho Nacional de Educação, a regulamentação do ensino superior e comercial, a seriação anual e a obrigatoriedade da frequência escolar, além da estruturação do currículo em ciclos, aproximando o modelo brasileiro das experiências internacionais mais avançadas (Saviani, 2021b; Andreotti, 2010).

No campo da administração escolar, a reforma educacional conduzida por Fernando de Azevedo no Estado de São Paulo, na década de 1930, instituiu a exigência de concurso público para o cargo de diretor de grupo escolar, visando à profissionalização e ao alinhamento político-ideológico dos gestores (Andreotti, 2010). A Constituição de 1934 consolidou esse movimento ao estabelecer concursos para o magistério e atribuir aos estados a fiscalização e regulamentação das instituições de ensino. No entanto, como afirma Andreotti (2010), a escolha dos diretores permaneceu, em muitos casos, vin-

culada à confiança política dos governantes, o que limitava a autonomia e a participação da comunidade escolar.

Durante o Estado Novo (1937-1945), o projeto centralizador foi radicalizado, Vargas governou por decretos-lei, suprimiu liberdades civis e políticas e subordinou a educação aos interesses do Estado, com ênfase na formação de uma identidade nacional, civismo e disciplina (Oliveira dos Santos; Oliveira; Molina, 2019; Andreotti, 2010). Ainda segundo Andreotti, (2010), o ensino religioso foi reintroduzido nas escolas públicas, e a propaganda estatal passou a integrar o currículo escolar. Nesse contexto, o diretor escolar tornou-se agente do Estado, responsável pela administração e vigilância ideológica, em detrimento da autonomia pedagógica e da participação comunitária.

A GESTÃO ESCOLAR NO ESPÍRITO SANTO E VITÓRIA NA ERA VARGAS

No Espírito Santo, as políticas educacionais seguiram de perto as diretrizes federais durante a Era Vargas. Sob o governo de João Punaro Bley (1930-1943), o estado promoveu reformas para racionalizar a administração escolar e expandir a rede de ensino, sempre sob forte centralização e com restrita participação popular (Lauff; Simões, 2019; Locatelli, 2012). Destacam-se a criação de novas escolas primárias, o aumento de matrículas e professores, e a realização do Primeiro Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico (1935), em Alegre/ES, que buscava modernizar o ensino e integrar as populações rurais ao projeto nacionalista de Vargas. O Decreto nº 3.246, de 1933, reorganizou o ensino rural, criando escolas regionais para acelerar a integração das populações rurais e fortalecer o sentimento de brasilidade (O Ensino no Espírito Santo, 1933[3]).

Em Vitória, a construção de grupos escolares monumentais, como o Grupo Escolar Professor Lellis, simbolizava o projeto republicano de renovação arquitetônica e pedagógica, mas também reforçava o controle estatal sobre o cotidiano escolar (Locatelli, 2012; Espírito Santo, 2023). A circulação de padrões pedagógicos era intensificada pela publicação da Revista de Educação (1934-1937), que expressava a política educacional do interventor federal e promovia a constituição de uma nova cultura escolar no estado (Revista Brasileira de História da Educação, 2013; CEMEFEC, 2023).

Apesar dos avanços em infraestrutura e da ampliação do acesso, a participação da sociedade civil e dos setores populares na gestão escolar permaneceu limitada. As decisões continuavam concentradas no Executivo estadual e em diretores indicados, refletindo o padrão autoritário do governo central. Segundo Lauff; Simões (2019) e os Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est (2012), a racionalização burocrática e a profissionalização dos quadros administrativos não se traduziram em democratização da gestão, mas sim em maior controle e alinhamento com os interesses do Estado Novo.

O legado da Era Vargas no Espírito Santo e em Vitória foi ambíguo com a promoção, modernização e expansão da rede escolar, mas manteve práticas centralizadoras e restringiu a participação democrática. Esse contexto preparou o terreno para os debates sobre gestão democrática e descentralização que só ganhariam força após a redemocratização e as reformas educacionais da segunda metade do século XX.

Perspectiva da direção escolar na transição para a nova república e na era neoliberal

Com o início da Nova República, em 1985, o Brasil ingressou em uma nova etapa de sua história política e social, marcada pela valorização dos direitos civis e pela busca de práticas mais democráticas na direção escolar. A Constituição Federal de 1988 foi um divisor de águas ao consolidar o direito à educação e instituir a gestão democrática como princípio fundamental da educação pública (Saviani, 2021a), impulsionando o debate sobre a participação da comunidade e a eleição de diretores escolares.

A década de 1990, entretanto, foi marcada pela ascensão do neoliberalismo, que trouxe políticas de descentralização, transferência de responsabilidades para estados e municípios, privatização e terceirização de serviços educacionais. O foco deslocou-se para a eficiência, resultados e competências voltadas ao mercado, impactando a gestão escolar com redução de recursos, lógica gerencial e ampliação das avaliações externas (Saviani, 2021b). A LDB n.º 9.394/96 consolidou a gestão democrática como princípio, prevendo participação da comunidade por meio de conselhos escolares e eleição direta para diretores. Contudo,conforme Minto (2010), a efetivação desses mecanismos variou entre sistemas de ensino, e práticas de nomeação política persistiram em muitos contextos.

A gestão democrática, prevista na LDB n.º 9.394/96, implicou a criação de conselhos escolares, grêmios estudantis e outros espaços de participação, visando a promoção da horizontalização das relações institucionais e o diálogo entre segmentos da comunidade escolar. Críticas à lógica neoliberal apontam que a descentralização, ao ampliar a autonomia das escolas, também transferiu responsabilidades sem o devido aporte de recursos, dificultando a consolidação de uma gestão democrática e participativa.

Freire (2021) defendeu a eleição direta de diretores, ressaltando que a participação da comunidade é necessária para romper estruturas autoritárias e promover decisões dialógicas. A profissionalização dos gestores, a capacitação continuada e a valorização da participação efetiva da comunidade escolar permanecem desafios centrais para a efetivação da gestão democrática no país.

Apesar dos avanços, a LDB manteve a exigência de formação em pedagogia ou pós-graduação para o cargo de diretor, sem exigir habilitação específica, e atribuiu a esses profissionais a responsabilidade pela proposta pedagógica, regimento e plano escolar (Brasil, 1996,*apud* Minto, 2010). Para o autor, o processo de escolha dos diretores, porém, continuou a refletir práticas políticas tradicionais em muitos contextos, com predomínio de indicações em detrimento de processos eletivos transparentes.

Paro (2001) destaca que experiências inovadoras foram implementadas em redes municipais, como Vitória/ES, pioneira na adoção da eleição direta para diretores em 1992. O processo eleitoral, regulamentado pelo Conselho Municipal de Educação de Vitória (COMEV)[4], ocorre a cada três anos, permitindo dois mandatos consecutivos ou alternados, e envolve professores, servidores, pais, alunos a partir de dez anos e representantes da comunidade local, formando um colégio eleitoral plural (Lei Municipal 4.747/98; Prefeitura de Vitória, 2024; Küffer Chagas, 2024). A universalização do voto dos estudantes, a partir de 2017, ampliou ainda mais a participação democrática, incluindo crianças a partir dos seis anos no processo de escolha dos gestores escolares (Oliveira

dos Santos; Oliveira; Molina, 2024). Esse modelo tornou-se referência nacional, fortalecendo aautonomia das escolas, o engajamento da comunidade e a transparência na administração escolar (Paro, 2001; Küffer Chagas, 2024).

Apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à efetividade da participação, à capacitação dos gestores e à distribuição equitativa de recursos. Como destaca Freire (2001a, p. 80), "estruturas administrativas a serviço do poder centralizado não favorecem procedimentos democráticos. Um dos papéis das lideranças democráticas é, precisamente, superar os esquemas autoritários e propiciar tomadas de decisão de natureza dialógica". Nesse sentido, a consolidação da gestão democrática nas escolas públicas exige não apenas mudanças normativas, mas também a transformação das práticas institucionais e das relações de poder que historicamente sustentam modelos centralizadores de gestão.

A análise histórica da gestão escolar na Nova República e na Era Neoliberal evidencia que a consolidação da gestão democrática depende não apenas de dispositivos legais, mas do compromisso efetivo com a participação e a autonomia das comunidades escolares. A experiência de Vitória/ES demonstra que é possível avançar na democratização da gestão, ainda que persistam obstáculos estruturais e culturais a serem superados.

GESTÃO ESCOLAR NO ESPÍRITO SANTO E NA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

No contexto da gestão democrática no Brasil, Vitória/ES consolidou-se como referência nacional ao instituir, em 1992, a eleição direta para diretores escolares em sua rede de ensino. Esse mecanismo representou uma transformação nas relações de poder e participação nas escolas públicas da capital capixaba. A eleição, realizada a cada três anos e permitindo dois mandatos consecutivos ou alternados, envolve professores, servidores, pais, alunos a partir de dez anos e representantes da comunidade local, compondo um colégio eleitoral plural (Lei Municipal 4.747/98; Prefeitura de Vitória, 2024). O processo é regulamentado por resolução do COMEV (2017) e coordenado pelo Conselho de Escola, reforçando o caráter coletivo e dialógico da gestão escolar.

A campanha eleitoral fundamenta-se nas propostas pedagógica, administrativa e financeira dos candidatos, e o debate público é incentivado, promovendo transparência e engajamento. Para escolas criadas entre mandatos, segundo o COMEV (2017) a nomeação de gestor pro tempore respeita os pré-requisitos do processo eletivo, e eventuais impedimentos legais para a posse são resolvidos em acordo com o Conselho de Escola, o que mostra o compromisso com a participação e a legitimidade.

A consolidação da eleição direta em Vitória está ancorada em dispositivos legais locais e em uma cultura escolar que valoriza a autonomia pedagógica, administrativa e financeira, conforme a Lei Orgânica do Município de 1990 e a Lei Sistêmica nº 4.747/98. Movimentações recentes destacam que o fortalecimento da gestão democrática na capital capixaba se sustentou, por um período considerável, e se expressa também na atuação dos conselhos escolares, grêmios estudantis e conselhos de representantes de turma. Esses instrumentos, ao longo das últimas décadas, vêm ampliando o diálogo e a corresponsabilidade nas decisões escolares (Oliveira dos Santos; Oliveira; Molina, 2019)

Segundo Küffer Chagas;Foerste (2025), a gestão democrática na escola pública não é apenas uma metodologia, mas um compromisso ético e político com a transformação social, pois envolve todos os atores escolares em processos decisórios, desenvolvendo habilidades sociais e políticas e transformando a escola em um espaço de democracia.

Autores como Minto (2010) e Freire (2001b) alertam, contudo, que, apesar dos avanços, persistem desafios quanto à efetividade da participação, à capacitação dos gestores e à distribuição equitativa de recursos. A autonomia escolar, embora prevista em lei, depende de condições concretas para se efetivar plenamente, e a gestão democrática exige investimento contínuo em formação, diálogo e transparência.

A experiência de Vitória demonstra que a eleição direta para diretores consolidou o princípio constitucional da gestão democrática e impactou positivamente o engajamento e o pertencimento da comunidade escolar (Oliveira dos Santos; Oliveira; Molina, 2019; Fórum Municipal de Educação de Vitória, 2024). Ainda assim, o modelo não elimina tensões inerentes à gestão pública, como a influência de interesses externos e a necessidade de aprimorar mecanismos de controle social e de participação qualificada.

Em síntese, a experiência da Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES evidencia que a institucionalização da eleição direta para diretores representa um importante passo para a consolidação da gestão democrática. No entanto, seu sucesso e sustentabilidade dependem do compromisso coletivo com a autonomia, a participação e a corresponsabilidade, além do enfrentamento dos desafios estruturais e culturais ainda presentes nas escolas públicas brasileiras.

Neste estudo, buscou-se retratar o percurso histórico da direção escolar, analisando a transição do controle centralizado para a gestão democrática, tendo como pano de fundo o cenário de Vitória/ES. Ressalta-se que a análise não contempla desdobramentos mais recentes, uma vez que, à época, estava previsto para 2025 o processo eleitoral destinado à escolha de diretores escolares na rede municipal, o qual não se concretizou[5].

Contudo, até o final do primeiro semestre de 2025, não houve movimentação oficial por parte da Secretaria Municipal de Educação (SEME) que assegurasse a realização desse pleito, mantendo-se os diretores nos cargos em razão da prorrogação de seus mandatos[6], conforme o Decreto nº 23.486, de 03 de abril de 2024.

Posteriormente, ao final de 2025, a Secretaria Municipal de Educação instituiu mudanças no processo de escolha de diretores escolares, passando a prever etapas como formação específica, avaliação por prova e seleção por entrevistas. Em 2026, o processo será concluído com a realização de consulta pública à comunidade escolar para o provimento da Função Gratificada de Diretor das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Vitória/ES, conforme o Decreto Municipal nº 25.663/2025, publicado no Diário Oficial do Município em 19 de março de 2026[7].

Tais desdobramentos corroboram com a temática da gestão democrática no município que permanece em movimento, marcada por tensões, disputas e reconfigurações, o que reforça a necessidade de continuidade das investigações no campo científico, tomando esses processos recentes como objeto de análises futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o percurso histórico da direção escolar no Brasil, com ênfase no Espírito Santo e na experiência inovadora da Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES. Ao longo dos diferentes períodos, do Brasil Colônia à Nova República, ficou evidente que o papel do diretor escolar esteve profundamente condicionado pelas transformações políticas, sociais e pedagógicas do país. As reformas pombalinas, a descentralização imperial, as inovações republicanas e o escolanovismo, tanto no cenário nacional quanto local, demonstram movimentos de transformação, nos quais a função diretiva aparentemente transita de agente do poder central para articulador de práticas democráticas e inovações institucionais.

A consolidação da gestão democrática, especialmente a partir da Constituição de 1988 e da LDB 9.349/96, ampliou as possibilidades de participação, mas também revelou limitações estruturais e culturais. A eleição direta para diretores, como implementada em Vitória/ES, destacou-se como um mecanismo para fortalecer a autonomia, a corresponsabilidade e o engajamento da comunidade escolar. Contudo, persistem desafios, como a efetividade da participação, a qualificação dos gestores e a superação de práticas clientelistas e centralizadoras.

Os resultados sugerem que a consolidação de uma gestão escolar democrática depende não apenas de dispositivos legais, mas também do compromisso efetivo com a participação, a formação continuada e a distribuição equitativa de recursos. O conhecimento histórico mostrou-se imprescindível para compreender as tensões e avanços no campo da administração escolar, orientando estratégias para o fortalecimento da democracia nas escolas públicas brasileiras.

Embora Vitória/ES tenha se destacado como pioneira na adoção da eleição direta para diretores escolares, o contexto recente, marcado pela prorrogação dos mandatos e pela não realização do pleito previsto até o primeiro semestre de 2025, expõe que a efetivação da gestão democrática ainda se constitui como um desafio. Esse cenário reforça a necessidade de acompanhamento sistemático, bem como da ampliação de pesquisas e debates no campo educacional, considerando as disputas, tensões e obstáculos que ainda permeiam os processos de democratização das escolas públicas brasileiras.

Vale ressaltar que, neste estudo, a eleição direta para diretores escolares foi apresentada como um dos dispositivos na busca pela gestão democrática. Reafirma-se, contudo, que a gestão democrática, enquanto princípio, não se esgota em mecanismos específicos, ainda que a eleição direta se destaque como uma estratégia que potencializa a participação da comunidade escolar.

Nesse sentido, tal dispositivo foi tomado como fio condutor da análise ao longo do tempo, permitindo analisar tanto seus alcances quanto seus limites. Defende-se, portanto, que a gestão democrática deve ser assegurada em todas as escolas públicas do território brasileiro, sendo o grande desafio a construção de modelos que garantam sua efetivação para além de instrumentos formais.

No caso de Vitória/ES, a experiência da eleição direta, por um período consolidada e, mais recentemente, tensionada, revela que a força dos dispositivos

democráticos está sujeita às decisões político-administrativas. Tal cenário explicita, simultaneamente, sua potência e sua fragilidade, reafirmando a necessidade de vigilância, participação e aprofundamento do debate no campo educacional.

Como agenda para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar a análise dos impactos da gestão democrática nos resultados educacionais e na cultura escolar. Para as políticas públicas, destaca-se a importância de criar condições efetivas para a autonomia das escolas, investir na formação continuada dos gestores e fortalecer mecanismos de controle social e transparência. Assim, compreender historicamente a direção escolar revela-se necessário para construir caminhos democráticos, participativos e inclusivos na educação pública, contribuindo para a efetivação dos princípios constitucionais e para o avanço da qualidade social da escola pública brasileira.

Artigo recebido em: 06/06/2025
Aprovado para publicação em: 11/03/2026

FROM NATIONAL TO LOCAL: THE HISTORICAL PROCESS OF SCHOOL LEADERSHIP IN BRAZIL AND THE CHALLENGES OF DEMOCRATIC MANAGEMENT IN THE VITÓRIA-ES SCHOOL SYSTEM

ABSTRACT: This article analyzes the historical trajectory of school leadership in Brazil, highlighting the transformations in the role of the school principal from administrative centralization to theconsolidation of the principle of democratic management. Using a historical approach, literature review, and documentar analysis, the study demonstrate show political and institutional changes in fluenced the leadership function and Collective participation in school management. The focusison the municipal school system of Vitória/ES, a national reference for the direct election of principals, emphasizing both advances and challenges. In the recent context, it high lights the impasse surrounding the 2025 electoral process, with the extension of mandates by normative act, revealing tensions in the implementation of democratic management. It concludes that historical knowledge is essential to understand and streng then democratic management in Brazilian public schools.

KEYWORDS: Democratic Management; School Management; School Leadership; History of Education.

DE LO NACIONAL A LO LOCAL: PROCESO HISTÓRICO DE LADIRECCIÓN ESCOLAR EN BRASIL Y LOSDESAFÍOS DE LA GESTIÓN DEMOCRÁTICA ENLARED DE ENSEÑANZA DE VITÓRIA-ES

RESUMEN: Este artículo analisa el recorrido histórico de la dirección escolar en Brasil, destacando las transformaciones del papel del director escolar desde la centralización administrativa hasta la consolidación del principio de la gestión democrática. Utilizando un enfoque histórico, revisión bibliográfica y análisis documental, el estudio e vidência como los cambios políticos e institucionales influyeron em la función directiva y la participación colectiva em la gestión escolar. El foco se sitúa em lared municipal de Vitória/ES, referencia nacional por la elección directa de directores, destacando avances y desafíos. En el contexto reciente, se ressalta el impasse del processo electoral de 2025, com la prórroga de mandatos por acto normativo, evidenciando tensiones em la efectivización de la gestión democrática. Se concluye que el conocimiento histórico es fundamental para comprender y fortalecer la gestión democrática em lãs escuelas públicas brasileñas.

PALABRAS CLAVE**:** Gestión Democrática; Gestión Escolar; Dirección Escolar; História de la Educación.

NOTAS

1-Neste texto, os termos "gestor", "diretor", "administrador" e "gestão" são utilizados de modo intercambiável para se referir ao profissional responsável pela condução administrativa e pedagógica da escola. Essas designações refletem o papel desse agente na liderança e organização do cotidiano escolar, especialmente no contexto da Prefeitura Municipal de Vitória, onde o cargo é ocupado por meio de processo eletivo.
2-Movimento pedagógico internacional surgido no final do século XIX, que defendia uma educação ativa, centrada no aluno e na experiência, em oposição ao ensino tradicional. No Brasil, suas ideias influenciaram reformas educacionais a partir da década de 1920, com destaque para o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).
3- É um relatório oficial do governo estadual que detalha o Decreto nº 3.246 e as medidas para o ensino rural, sendo fonte primária recorrente em pesquisas acadêmicas sobre a educação capixaba no período.Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbhe/a/jNttJ5dBG4d34PQtgsMzf3k/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 5 jun. 2025.
4-Conselho Municipal de Educação de Vitória. Resolução COMEV 02/2017. Disponívelem: https://comev-2.webnode.page/publica%C3%A7%C3%B5es-comev/parecerAcessoem: 05 jan. 2025.
5-Este texto foi originalmente submetido para avaliação em 2025, quando ainda não haviam sido publicados os desdobramentos posteriores do processo de escolha de diretores na rede municipal de Vitória/ES.
6-Associação dos Docentes da UFES (ADUFES), 2025.
7-Século Diário, 2024.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFES (ADUFES).**ADUFES repudia tentativa de extinção das eleições diretas para diretoras/es de escolas de Vitória.** 2025. Disponível em: https://adufes.org.br/2025/02/adufes-repudia-tentativa-de-extincao-das-eleicoes-diretas-para-diretoras-es-de-escolas-de-vitoria/. Acesso em: 5 jun. 2025.

ANDREOTTI, Azilde L. A administração escolar na Era Vargas (1930-1945).*In*: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, Jose Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (org.). **História da Administração Escolar no Brasil: do diretor ao gestor.** Campinas: Alínea, 2010. p. 103-123.

ANANIAS, Mauricéia. A administração escolar no Período Imperial (1822-1889).*In*: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, Jose Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (org.). **História da Administração Escolar no Brasil: do diretor ao gestor.** Campinas: Alínea, 2010. p. 56-74.

BERTO, Rosianny Campos. **A constituição da Escola Activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930).** 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_6787_ROSIANNY%20CAMPOS%20BERTO.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DO ESPORTE CAPIXABA (CEMEFEC). **Sobre o projeto.** 2023. Disponível em: https://cemefec.org. Acesso em: 5 jun. 2025.

CORREIA, Danuta Carolina das Neves. **Nuances da ação gestora na educação jesuítica: análise do RatioStudiorum.** 2018. 80f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Cultura. **Escola de Primeiro Grau Professor Lellis. 2023.** Disponível em: https://www.ipatrimonio.org/alegre-escola-de-primeiro-grau-professor-lellis. Acesso em: 5 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: Ensaios.** São Paulo: Cortez, 4ª. ed. 2001b.

FREIRE, Paulo. **Direitos Humanos e Educação Libertadora. Gestão Democrática da Escola Pública na Cidade de São Paulo/ Paulo Freire; organização e notas de Ana Maria Araújo Freire, Erasto Fortes Mendonça** - 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA. **Relatório de monitoramento das metas do Plano Municipal de Educação de Vitória (PMEV 2015-2025).** Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2024. Disponível em: https://www.vitoria.es.gov.br/noticia/vitoria-publica-relatorio-de-monitoramento-das-metas-da-educacao-50858. Acesso em: 5 jun. 2025.

KÜFFER CHAGAS, Cláudia Vieira. **Verbos, cores e mudanças: a implementação da eleição direta de diretores escolares na Prefeitura Municipal de Vitória (PMV-ES) em 1992: uma dimensão da gestão democrática.** 2024. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/handle/10/17695. Acesso em: 14 jun. 2025

KÜFFER CHAGAS, Cláudia Vieira; FOERSTE, Erineu. Gestão democrática e participação popular: a eleição direta de diretores escolares na PMV/ES. **Revista Espaço Pedagógico**, [S. l.], v. 32, p. e17056, 2025. DOI: https://doi.org/10.5335/rep.v32.17056. Disponível em: https://ojs.upf.br/index.php/rep/article/view/17056. Acesso em: 14 jun. 2025.

LAUFF, Rogério Ferreira; SIMÕES, Regina Helena Silva. Flutuações dagalera, (im)perfeições da pedagogia e outros mapas de navegação: a formação em serviço de professores no Espírito Santo (1930-1935). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, e086, 2019. Disponível em:https://www.scielo.br/j/rbhe/a/jNttJ5dBG4d34PQtgsMzf3k/?format=pdf&lang=pt.Acesso em: 25 maio 2025.

LOCATELLI, Márcia. **O ensino primário no Espírito Santo: da Primeira República ao Estado Novo.** In: Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/ufesupem/article/view/18119/12254. Acesso em: 25maio 2025.

LOMBARDI, José Claudinei. A importância da Abordagem Histórica da Gestão Educacional. In: ANDREOTTI, Alzide L. *et al.* **História da Administração Escolar no Brasil do diretor ao gestor.** Campinas: Alínea, 2010. p. 15-28.

MINTO, Lalo Watanabe**.** A Administração Escolar no Contexto da Nova República e do Neoliberalismo. In: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (org.). **História da Administração Escolar no Brasil: do Diretor ao Gestor**. Campinas: Alínea, 2010. p. 173-200.

NOVAES, Maria Anna Xavier Serra Carneiro de; SIMÕES, Regina Helena Silva. Emergência do grupo escolar e produção, pela diferenciação, das escolas isoladas no Espírito Santo (1908-1916).**Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 50, e274381, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450274381. Acesso em: 25 maio2025.

OLIVEIRA DOS SANTOS, Geruza Marques Roela de; OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon; MOLINA, Larissa Polyanna. **A gestão democrática e a autonomia da escola pública em dois municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória**. Anais do XXIX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação – ANPAE, Vitória, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/anpae-es/article/view/25138/17294. Acesso em: 5jun. 2025.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre a Educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: Introdução Crítica.** 3. ed. São Paulo: Ática, 2010.

PENTEADO, Ana Elisa Arruda; NETO, Luiz Bezerra. As Reformas Educacionais na Primeira República (1889-1930). In: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, Jose Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (org.). **História da Administração Escolar no Brasil: do Diretor ao Gestor.** Campinas: Alínea, 2010. p. 75-102.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Dossiê: Educação no Espírito Santo.**Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 13, n. 2 (32), p. 13-230, maio/ago. 2013. Disponível em: https://periodicos.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/32 Acesso em: 5 jun.2025.

SALIM, Maria Alayde Alcântara; MANSO, Márcia Helena Siervi. O cenário da política educacional no Espírito Santo durante a Primeira República**.Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 22-42, jan.-jun. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/24146. Acesso em: 26 maio 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2021a.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2021b.

SÉCULO DIÁRIO. **Gestão de Lorenzo Pazolini adia eleições para diretores de escola.** 3 abr. 2024.Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/educacao/gestao-de-lorenzo-pazolini-adia-eleicoes-para-diretores-de-escola/. Acesso em: 5 jun. 2025.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde Alcântara. A organização de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: um estudo sobre a reforma Gomes Cardim (1908-1909).**Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES, Vitória**, v. 18, n. 35, p. 93-111, jan./jun. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/educacao/article/download/4926/3771/9522. Acesso em: 25maio2025.

VITÓRIA (ES). Conselho Municipal de Educação. **Resolução COMEV nº 02/2017**. Disponível em: https://comev-2.webnode.page/publica%C3%A7%C3%B5es-comev/parecer. Acesso em: 22 jan. 2023.

VITÓRIA (ES). **Lei nº 4.747, de 27 de julho de 1998.** Institui o Sistema Municipal de Ensino. Disponível em: https://diariooficial.vitoria.es.gov.br. Acesso em: 22 jun. 2025.

VITÓRIA (ES). **Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990.** Vitória, 1990. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/lei-organica-vitoria-es. Acesso em: 22 jan.2024.

VITÓRIA (ES). **Decreto nº 25.663, de 2025**. Regulamenta o processo de escolha para a função gratificada de diretor das unidades de ensino da rede pública municipal de Vitória-ES. Diário Oficial do Município de Vitória, Vitória, ES, 19 mar. 2026. Disponível em: https://diariooficial.vitoria.es.gov.br/ExibirArquivo.aspx?qs=nnmrXlDe5L4hR81FZwDXlD

95Q%2fWHOCtXgeCw%2fnRlrFMxQA7S5mwuf0RM3mOCPGtiwqKwtsQd8WTWmli6Dukj2TtoceDwCRpQ8RkJ49eLJfs8%2bfYiCywdkvF64rLD5t50. Acesso em: 21 mar. 2026.

VITÓRIA(ES).**Gestão Escolar.** Vitória,2024. Disponível em: https://m.vitoria.es.gov.br/prefeitura/gestao-escolar. Acesso em: 4 jun.2025.

CLÁUDIA VIEIRA KÜFFER CHAGAS: Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES), na linha de pesquisa Docência, Currículo e Processos Culturais. Mestra em Educação (PPGE/UFES). Graduada em Pedagogia. Especialista em Educação Infantil, em Informática Educativa e em Tecnologias Educacionais. Professora efetiva da Rede Municipal de Vitória (PMV/ES), com atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Atuou como diretora escolar. Membro do Nepeces - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo, da Cidade e Educação Social (UFES) e do Grupo do Pesquisa Culturas, Parcerias e Educação do Campo (CNPq). Possui experiência nas tecnologias educacionais.
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2614-1525
E-mail: claudiakuffer@gmail.com

ERINEU FOERSTE: Graduou-se na Licenciatura Plena em Letras pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos em 1984 (UNISINOS). Pós-graduou-se no mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás em 1996 (UFG), no doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2002 (PUC-Rio) e pós-doutorado na ErziehungswissenschaftlicheFakultät da Universtät-Siegen na Alemanha (UNISIEGEN) em 2011 e na Philologisch-HistorischeFakultät (LehrstuhlAngewandteSprachwissenschaft - Romanistik) da Universität Augsburg em 2022. Foi Professor Visitante no Institut fürRomanistik da Justus LiebigUniversität-Gieen na Alemanha (Uni-Giessen), na KulturwissenschaftlicheFakultät da Europa-Universität-Viadriana Frankfurt Oder na Alemanha (EUV-Frankfurt Oder), na ErziehungswissenschaftlicheFakultät da Universität-Siegen na Alemanha (UNISIEGEN), na Università degli Studi di Sassari na Itália (UNISS). É Professor Titular de Tempo de Dedicação Exclusiva (DE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Está vinculado ao Departamento de Linguagens, Culturas e Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (DLCE/CE/UFES), em que realiza projetos de ensino-pesquisa-extensão no Curso de Letras. É membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES). Fundou e lidera o Grupo de Pesquisa (CNPq) "Culturas, Parcerias e Educação do Campo". É fundador e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação do Campo, da Cidade e Educação Social (NEPECES). Coordena o Programa de Educação do Campo/UFES. São temas de pesquisa: Culturas, línguas e educação. Coordena convênios e realiza missões acadêmicas internacionais com a Univeristät-Siegen (Uni-Siegen) na Alemanha, com a Justus LiebigUniversität-Giessen (Uni-Giessen) na Alemanha, com a Europa-Universität-Viadrina Frankfurt/Oder

(EUV-Frankfurt Oder) na Alemanha, com a Universität-Augsburg (Uni-Augsburg) e com a Università degli Studi di Sassari (UNISS) na Itália. É membro filiado da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (ADUFES). É membro associado da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd). É membro associado da Deutscher Lusitanistenverband e. V. (DLV) e da Deutscher Romanistenverband (DRV).
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2846-0298
E-mail: erineu.foerste@ufes.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution*4.0, para periódicos de acesso aberto (*Open ArchivesInitiative - OAI*).